

Enquanto os jornalistas dormem...

Categories : [Marcos Sá Corrêa](#)

Nada como a bela fotografia do presidente Lula na primeira página dos jornais, de braços abertos para as ondas, como um Moisés de calção vermelho, para ilustrar a notícia de que o Conama vai regularizar favelas, mineradoras e outras vanguardas do vale-tudo brasileiro em áreas de preservação permanente. A fotografia e a notícia saíram por acaso nas mesmas edições em dezenas de jornais espalhados pelo país. E, embora à primeira vista nada tenham a ver uma com a outra, têm ambas a cara do governo petista. No caso, visto de costas.

Lula, como se sabe, está em campanha, fazendo a única coisa que se preparou para fazer na vida pública, nas duas décadas de trabalho bissexto e salário mensal de que o jovem sindicalista radical emergiu, como inseto em casulo, convertido no velho político esperto, maleável e inescrupuloso de sua versão 2002. As campanhas eleitorais, que deveriam ser uma trégua reservada ao público para saber o que se faz no Brasil com seus interesses, são na prática o horário nobre da empulhação publicitária, do caixa dois ou de malandragens ainda piores. E nisso o presidente já provou que nada de braçada.

Mar Vermelho

Mas, qual é o sentido daquela foto de Lula na praia da Lagoa Doce? Revelar ao povo brasileiro sua forma atlética, conquistada em 50 dias sem cachaça, como disse o ministro Luiz Fernando Furlan? Sugerir que ele pode cruzar a nado o Atlântico, como fez Mao Zedong no rio Yang-Tsé? Ou, quem sabe, insinuar que ele seria capaz de abrir o oceano para a fuga dos companheiros perseguidos pelas CPIs, como Moisés abriu o Mar Vermelho?

Nada disso. A fotografia queria dizer apenas que Lula fez aquilo exatamente para ser fotografado. Sabendo, por experiência própria, que poderia contar com um fotógrafo atento para flagrar-lhe a palhaçada. E que não faltariam depois, nas redações do país inteiro, editores a postos para publicá-la mecanicamente com o maior espalhafato possível, como aconteceria nas primeiras páginas de pelo menos sete jornais brasileiros na manhã seguinte. Tratava-se, em outras palavras, de um truque fotográfico. Ou, pior, de um caso de manipulação sem Photoshop, porque o manipulador teve a prerrogativa de falsificar previamente a própria realidade. Se isso é foto jornalística, o que impede a presidência da República de usar os últimos recursos da eletrônica para produzir a imagem de nosso guia subindo aos céus sem o Aerolula?

Depois os jornalistas ainda se queixam – cada vez se queixam menos, é verdade, mas acabam resmungando nas entrelinhas – porque Lula burla a lei eleitoral, financiando sua campanha com o dinheiro do eleitor, arrancado por impostos. Tanto melhor se seu eleitor não se importa em ser tungado. Mas, em respeito aos outros, por que a imprensa precisa divulgar passivamente esse material ilícito de campanha, como se fosse legítima informação jornalística?

Talvez por hábito. Tem sido assim desde que o presidente Fernando Collor adotou a mímica como estilo de governo, saindo da Casa da Dinda para correr no cerrado com a frase do dia estampada na camiseta, com audiência garantida pelos fotógrafos e cinegrafistas que o esperavam no portão, ávidos pela chance de lhe prestar de graça a assessoria de imagem. Depois de Collor, o costume sobreviveu ao impeachment, gerando no governo Itamar Franco os plantões para registrar a entrada de mulheres no Palácio da Alvorada, como se o futuro do país dependesse da aptidão do presidente para lhe dar um herdeiro.

Lula não inventou a embromação. Mas, seja porque ele não tem outra coisa a fazer no governo, ou porque o governo não tem outra coisa a fazer com ele, assumiu com mais gosto do que os antecessores o múnus de ser o bobo de sua própria corte. E é preciso reconhecer que ela lhe foi útil. Ele passou anos sem dar entrevista. Mas não ficou um dia sem jornalistas para difundir os bonés, os chapéus de vaqueiro e todas as coisas sem sentido que lhe passaram pela cabeça. Ele finge o tempo todo que governa. Mas aos jornais quase sempre bastam suas poses em mentiras mais amenas, fingindo, por exemplo, que toca guitarra.

Conama versus APPs

A macaquice do presidente não teria tanta importância, se a reportagem política não se metesse com os assuntos que deveriam ser exclusivos da primatologia. Senão, o que acontece é uma primeira página com o presidente roubando espaço de notícias muito mais relevantes, como a história de que o Conselho Nacional do Meio Ambiente aprovou a resolução que legaliza a [ocupação irregular das áreas de preservação permanente, as APPs](#). Aí, a propaganda de Lula vira ameaça ambiental.

O remendo do Conama veio, como sempre, em nome das prioridades sociais. Mas também atende às urgências eleitorais de administrações populistas, resolve o problema das mineradoras que se aboletaram onde não deveriam e abre brechas para quem daqui para a frente quiser desmatar legalmente uma APP. Ou seja, tornou flexível o que era excessivamente frouxo. Trocado em miúdos, consagra o projeto de constituição patenteado nos anos 70 pelo jornalista Renato Pompeu que, como o historiador Capistrano de Abreu, conseguiu resumir num só artigo todos os fundamentos consuetudinários da sociedade brasileira: “Tudo será de quem pegar primeiro”.

O que não falta no Conama é ambientalista para torcer contra árvores, bichos e todas as ordens da criação que ainda não tenham adquirido o direito de voto. O conselho é formado por 111 membros. Tem o tamanho ideal para turvar deliberações. Levou quatro anos discutindo o caso das APPs. E saiu isso. Pelo excesso de gente atuando na coreografia da representação democrática, suas reuniões exigem uma revogada de conselheiros para Brasília. E, ultimamente, deram para ser suspensas por falta de quórum, mandando de volta para casa de mãos abanando quem cometeu o equívoco de levar a sério a convocação.

Ele se compõe de uma mistura desigual de governos e ONGs. Os governos, somando esferas,

têm maioria. As vagas das ONGs se dividem desequilibradamente entre as organizações estritamente ambientais e as sócio-ambientais. Tudo somado, a ala social do ambientalismo é amplamente majoritária. E os ambientalistas propriamente ditos não têm ouvidos para ouvir e entender as estrelas do sócio-ambientalismo, quando elas saúdam a resolução desta semana dizendo, pela voz da conselheira Adriana Ramos, que “agora não tem mais desculpa para descumprir a lei”.

Em outras palavras, a coordenadora de Políticas do Instituto Socioambiental acha que, se os interesses sociais e as leis ambientais divergem, as leis podem ser descumpridas. E, pior, que a proteção de rios e encostas não passa de um regulamento anti-social – a não ser, naturalmente, quando as secas, [as enchentes e as ravinas revogam da noite para o dia as disposições políticas em contrário](#). Mas os jornalistas ocupados em encher páginas e páginas com o ramerrão do governo Lula não tem mais tempo para cuidar do que tem tudo para virar a notícia de seu dia-a-dia pelas próximas décadas.